

UMC – Unidade Ministerial de Compras

Aprovo

PROGRAMA DE CONCURSO

Fornecimento de Produtos de Higiene

CP/05/2025/UMCMTSSS

UMC – Unidade Ministerial de Compras

ÍNDICE

Artigo 1.º – ENTIDADE ADJUDICANTE	3
Artigo 2.º – DECISÃO DE CONTRATAR	3
Artigo 3.º – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO	3
Artigo 4.º – CONCORRENTES	3
Artigo 5.º – AGRUPAMENTOS	4
Artigo 6.º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	5
Artigo 7.º – ERROS E OMISSÕES	5
Artigo 8.º – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	5
Artigo 9.º – DOCUMENTOS DA PROPOSTA	7
Artigo 10.º – MOTIVOS DE EXCLUSÃO	7
Artigo 11.º – PREÇO BASE	7
Artigo 12.º – PROPOSTAS VARIANTES	8
Artigo 13.º – NEGOCIAÇÃO	8
Artigo 14.º – AMOSTRAS	8
Artigo 15.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	9
Artigo 16.º – CRITÉRIO DE DESEMPATE	9
Artigo 17.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
Artigo 18.º – OUTORGA DO CONTRATO	11
Artigo 19.º – CAUÇÃO	11

UMC – Unidade Ministerial de Compras

Referência do procedimento: CP/05/2025/UMCMTSSS

Aquisição de Produtos de Higiene para vários organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, adiante designado por MTSSS, em 2025.

Artigo 1.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é, em representação dos serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), a Secretária-Geral do MTSSS, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, sendo o procedimento conduzido pela Unidade Ministerial de Compras (UMC), sediada na Praça de Londres, n.º 2 – 1049-056, em Lisboa com o contacto telefónico n.º 218441390 e com o endereço eletrónico compras@sg.mtsss.pt

Artigo 2.º

Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi adotada por despacho da Senhora Secretária-Geral do MTSSS, exarado na Informação n.º I-SG/DCAP-UMC/3220/2025 nos termos conjugados do artigo 9.º do Decreto Lei 37/2017 de 19 de fevereiro e alínea a) e b) do artigo 6.º da Portaria n.º 139/2015, de 20 de maio, no uso do mandato que lhe foi conferido pelos organismos aderentes ao procedimento centralizado.

Artigo 3.º

Procedimento de Aquisição

O presente procedimento é efetuado por Concurso Público, com publicação em JOUE, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 4.º

Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

UMC – Unidade Ministerial de Compras

Artigo 5.º

Agrupamentos

1. Os interessados poderão apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão, e apenas essas, se associem, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal, com a indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, e possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do concurso.
2. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis pela manutenção da sua proposta, assumindo as consequências legais.
3. Qualquer alteração na composição do agrupamento concorrente terá que ser autorizada pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todas as empresas constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se esse for o caso.
4. Se algum dos elementos deixar de fazer parte integrante do agrupamento concorrente, a sua quota de responsabilidade transitará, na íntegra, para os restantes elementos, sem prejuízo da entidade adjudicante, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
5. No caso de consórcio externo, para além da indicação da percentagem de participação de cada uma das empresas, deverá designar-se uma delas para o desempenho das funções de “chefe de consórcio”, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes.
6. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do agrupamento, seja qual for a fase em que o procedimento de concurso se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento concorrente relativa aos prejuízos causados à entidade adjudicante, pela sua exclusão.
7. Nenhuma entidade poderá figurar em mais do que um agrupamento concorrente, nem se apresentar integrada em agrupamento caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.
8. Os agrupamentos de empresas que, à data de apresentação da sua proposta, já estejam legalmente constituídos sob a forma de consórcio externo, em regime de

UMC – Unidade Ministerial de Compras

responsabilidade solidária, instruirão a sua proposta com um documento comprovativo de tal constituição.

9. Para cada uns dos representantes indicados devem ser disponibilizados os contactos telefónicos e de correio eletrónico, sendo o adjudicatário responsável pela sua atualização no prazo de vigência do contrato.

Artigo 6.º

Pedidos de Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço <http://www.acingov.pt/>
2. Os esclarecimentos são prestados pelo júri do procedimento até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, por escrito e em simultâneo para todos os concorrentes, através daquela plataforma.

Artigo 7.º

Erros e Omissões

1. A lista de erros e omissões do caderno de encargos, deve ser apresentada pelos interessados no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma de contratação indicada.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, através da plataforma eletrónica de contratação, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.

Artigo 8º

Prazo e Modo de Apresentação da Proposta

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, exclusivamente sob a forma eletrónica, **até às 23h59m do 30.º dia** do envio para publicação no anúncio no DR e JOUE, na plataforma de contratação pública com o endereço <http://www.acingov.pt/>, de acordo com o previsto no n.º1 do artigo 136.º do CCP.

UMC – Unidade Ministerial de Compras

2. O formulário de resposta, encontra-se disponível nos Anexos A e B, que devem ser enviados no formato Excel e PDF.
3. O prazo de manutenção das propostas é de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.
4. Todos os documentos carregados na plataforma, e que constituem a proposta apresentada por cada um dos concorrentes, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. Quando for utilizado o certificado de assinatura digital qualificada do Cartão do Cidadão, para assinatura eletrónica dos documentos, deve o concorrente submeter à plataforma um documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do supracitado artigo 54.º.
5. Os documentos que constituem a proposta devem ser obrigatoriamente redigidos em português.

Artigo 9.º

Documentos da Proposta

1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) eletrónico.
2. A declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos mencionada na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I daquele código.
3. Certidão permanente e/ou documento comprovativo de poderes para o ato.
4. Documento(s) que contenha(m) os atributos da proposta, submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, tendo em conta as especificações técnicas do Caderno de Encargos, que contenham, pelo menos, o seguinte:
 - a) Anexo A, em formatos Excel e PDF:
 - I. Neste Anexo o concorrente indica os preços unitários propostos, em conformidade (relativos à unidade mencionada na coluna “Unidade”), para os vários tipos de produtos de higiene, com 4 casas decimais, a marca, o modelo (quando aplicável), **sem inclusão do IVA**. Àqueles preços acrescentará IVA à taxa legal em vigor;
 - II. Apenas poderá ser apresentada uma referência por posição, devendo contemplar a totalidade de todas as posições;

UMC – Unidade Ministerial de Compras

- III. Quando se verifique que há divergência entre os valores indicados no Anexo A nos formatos PDF e Excel, prevalecem, para todos os efeitos, nomeadamente para efeitos de avaliação e ordenação das propostas, os indicados no ficheiro em formato PDF;
 - IV. Quando se verifique a apresentação de um preço unitário com casas decimais não visíveis, para além das 4 (quatro) solicitadas, o mesmo será arredondado à 4ª casa, de acordo com as regras de arredondamento;
 - V. Os preços, indicados pelos concorrentes incluem obrigatoriamente todas as despesas, nomeadamente com a logística de entrega dos respetivos produtos, nos locais e horários mencionados pelos destinatários.
5. Documento que contenha os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, nomeadamente:
- a) Deverá ser ainda indicado obrigatoriamente a marca, unidade de venda e o código do fornecedor/fabricante, no Anexo A.
 - b) As fichas técnicas do fabricante, onde constem as especificações para cada tipo de produto proposto.
 - c) Anexo B, no qual deve ser incluída a informação geral sobre o concorrente.
 - d) No caso de existência de produtos descontinuados, os concorrentes deverão apresentar uma declaração do fabricante ou do distribuidor oficial, acompanhada de documentação comprovativa da sua qualidade de distribuidor oficial, de descontinuidade do(s) mesmo(s), com a indicação do seu substituto (caso exista).
6. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, com exceção daqueles que pela sua própria natureza ou origem se encontrem redigidos em língua estrangeira, caso em que devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento candidato, a proposta e restante documentação solicitada, devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros ou respetivos representantes.

UMC – Unidade Ministerial de Compras

Artigo 10.º

Motivos de Exclusão

Constituem motivos de exclusão:

- a. A falta de resposta a todas as posições;
- b. Não indicação da marca, unidade de venda e código do fornecedor/fabricante para todas as posições;
- c. Apresentação de proposta com valor superior ao do preço base indicado;
- d. Apresentação de produtos com fichas técnicas que não reúnam as especificações mínimas detalhadas no Anexo A;
- e. Outras previstas no CCP.

Artigo 11.º

Preço Base

O preço máximo que as entidades adquirentes se dispõe a pagar, sem IVA, é de 488.161,27 €, decomposto conforme Anexo F.

Artigo 12.º

Propostas Variantes

Não são admitidas a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13.º

Negociação

Não haverá lugar à negociação das propostas, nos termos do artigo 149.º, do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 14.º

Amostras

1. Os concorrentes terão de entregar, na Unidade Ministerial de Compras do MTSSS, sita na Praça de Londres, n.º 2 – Piso 12, 1049-046 Lisboa, até ao termo do prazo

UMC – Unidade Ministerial de Compras

- da entrega das propostas, as amostras para cada um dos produtos indicados no Anexo A.
2. As amostras relativas a cada produto devem ser claramente identificadas com uma etiqueta onde conste:
 - i. Identificação do concorrente;
 - ii. Código do produto.
 3. As amostras deverão ser levantadas no prazo máximo de um mês após a comunicação de adjudicação, à exceção das correspondentes aos produtos adjudicados, que não serão devolvidas.

Artigo 15.º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator.
2. O valor das propostas (Vi) resulta de:

$$Vi = Qtn * Pni$$

Onde:

Vi = Valor de cada proposta;

Qtn = Quantidade a adquirir para cada tipologia de produtos de higiene;

Pni = Preço proposto pelo concorrente para cada tipologia de produtos de higiene.

Artigo 16.º

Critério de Desempate

1. Em caso de empate (a duas casas decimais) no valor das propostas, o desempate será efetuado da seguinte forma:
 - a. Pelo preço unitário mais baixo dos três artigos que representarem maior quantidade, iniciando-se com os artigos PH5, PH11 e PH2.
2. Caso o empate persista, será realizado sorteio que se rege pelas seguintes regras:
 - a. O sorteio será realizado através da retirada de bolas identificadas com o número de entrada das propostas dos concorrentes, podendo assistir ao mesmo os concorrentes com propostas empatadas;
 - b. A 1ª bola retirada corresponderá à proposta a adjudicar;

UMC – Unidade Ministerial de Compras

- c. Serão retiradas todas as bolas, a fim de ordenar os concorrentes e acautelar eventuais problemas na fase de apresentação de documentos de habilitação.

Artigo 17.º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 3 dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a que refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, em anexo;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Comprovativo de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - d) Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
 - e) Certidão permanente e/ou documento comprovativo de poderes para o ato;
 - f) Documento indicando qual a dimensão da entidade adjudicatária. Caso se trate de uma PME, a entidade adjudicatária deverá consentir a entidade adjudicante na consulta do seu certificado no site do IAPMEI, para efeitos de cumprimento do previsto na Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro.
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis, destinado ao seu suprimento.

UMC – Unidade Ministerial de Compras

Artigo 18.º

Outorga do Contrato

Os contratos resultantes do procedimento aquisitivo são reduzidos a escrito, sempre que a despesa estimada das entidades adquirentes seja superior a 10.000€ conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP.

Artigo 19.º

Caução

1. De acordo com o previsto no artigo 88.º do CCP, será exigida caução para o preço contratual igual ou superior a € 200.000 (duzentos mil euros).
2. A caução referida no n.º 1, de 5% do preço contratual, será prestada nos termos previstos nos artigos 89.º e 90.º do CCP.
3. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação para o efeito, que ocorrerá em simultâneo com a notificação da adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
4. A caução deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do Anexo II ao presente programa, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do Anexo III ao presente programa, que dele faz parte integrante.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
UNIDADE MINISTERIAL DE COMPRAS
CP/05/2025/UMCMTSSS

Anexo A
Fornecimento de produtos de higiene

Identificação do Fornecedor:

TOTAIS								
	Tipologia do Produto	Descrição do Produto	Unidade	Qtd	Marca	Modelo	Valor Unitário	Montantes
Código UMC	Papel Higiénico							
PH 9	Papel Higiénico Jumbo Maxi	Rolo c/ 320 metros, Folha Dupla, Fibra Reciclada	rolo	7.563				0,00 €
PH 2	Papel Higiénico Jumbo Mini	Rolo c/ 180 metros, Folha Dupla, Fibra Reciclada	rolo	173.302				0,00 €
PH 1	Papel Higiénico Normal Reciclado	Rolo c/ 23 metros, Folha Dupla, Fibra Reciclada	rolo	11.480				0,00 €
PH 10	Papel Higiénico Normal Virgem	Rolo c/ 23 metros, Folha Dupla, Fibra Virgem	rolo	3.992				0,00 €
Código UMC	Rolo de Papel para Marquesa							
PH 6	Rolo de Papel Marquesa com Largura 50 cm	Rolo c/ 100 metros, Folha Simples ou Superior, Fibra Reciclada	rolo	17				0,00 €
PH 7	Rolo de Papel para Marquesa com Largura 60 cm	Rolo c/ 100 metros, Folha Simples ou Superior, Fibra Reciclada	rolo	587				0,00 €
Código UMC	Toalhas de Papel de Mão							
PH 11	Toalhas de Papel de Mão Zig Zag 1	Maço C/ 200 folhas, Folha Simples, Fibra Reciclada	toalha/folha	11.144.400				0,00 €
PH 5	Toalhas de Papel de Mão Zig Zag 2	Maço C/ 160 folhas, Folha Dupla, Fibra Reciclada	toalha/folha	49.201.040				0,00 €
PH 12	Rolo de papel Horizontal	Rolo c/ 75 metros, Folha Simples, Fibra Virgem	rolo	140				0,00 €
PH 13	Rolo de papel Vertical	Rolo c/ 180 metros, Folha Dupla, Fibra Virgem	rolo	2.994				0,00 €
Código UMC	Sabonete Líquido							
PH 4	Sabonete Líquido	Garrafão de 5 Litros, Líquido Viscoso, Odor Aveia ou Outro	garrafão 5 lt	3.843				0,00 €
Código UMC	Coberturas de Sanita							
PH 8	Cobertura de Sanita	Cobertura c/23,5 x 18,0 cm, Papel Sulfito, Cor Branco	cobertura	79.010				0,00 €
Código UMC	Contentores Assépticos							
PH 14	Contentor Asséptico		contentor	98				0,00 €

ANEXO B
INFORMAÇÃO GERAL DO CONCORRENTE

CP/05/2025/UMCMTSSS

1 - Identificação do concorrente (se agrupamento, do representante do agrupamento)

Denominação Social:	<input type="text"/>		
Morada (sede fiscal):	<input type="text"/>		
Localidade:	<input type="text"/>		
Código Postal:	<input type="text"/>	Matricula Cons. Reg. Comercial	<input type="text"/>
País:	<input type="text"/>	Sob o número	<input type="text"/>
NIF:	<input type="text"/>	CAE n.º	<input type="text"/>
Capital Social:	<input type="text"/>		

1.1 - Se concorre em agrupamento, indique os seguintes elementos relativos aos associados

Denominação Social:	<input type="text"/>		
NIF:	<input type="text"/>	Função no agrupamento:	<input type="text"/>
Denominação Social:	<input type="text"/>		
NIF:	<input type="text"/>	Função no agrupamento:	<input type="text"/>
Denominação Social:	<input type="text"/>		
NIF:	<input type="text"/>	Função no agrupamento:	<input type="text"/>

3 - Dados de contato para o gestor do contrato

Gestor:	<input type="text"/>
Cargo do Gestor:	<input type="text"/>
Contacto mail	<input type="text"/>
Contacto telemóvel	<input type="text"/>

Anexo II_Programa
Modelo de Guia de Depósito Bancário

Euros _____ €

Vai [designação do adjudicatário], com sede em _____[morada], depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em [(a)], como caução exigida para garantir a celebração contrato, bem como o exato e pontual pagamento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no âmbito do Concurso Público n.º _____ [identificação do procedimento], nos termos dos nos 3 e 4 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do _____[organismo], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Local, data

Assinatura

Anexo III_Programa
Modelo de Garantia Bancária

À (entidade adquirente):

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por "Ordenante"), vem prestar, por conta e a pedido de [nome do adjudicatário], com sede em [morada], como adjudicatário do procedimento n.º [_____] destinado à celebração do contrato de [_____] garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor de [designação da entidade adjudicante] (adiante designada(o) por "Beneficiário"), até ao valor de _____ Euros [por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos. Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário. Esta garantia é de € _____ euros, e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

Local, data

Assinatura